



Recebimento: 21/01/2019
Aceite: 26/10/2019

SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: NOTAS PARA DEBATE

ON THE CONCEPT OF REGIONAL DEVELOPMENT: NOTES FOR DISCUSSION

José Carlos Severo Corrêa¹
Rogério Leandro Lima Silveira²
Rosane Bernardete Brochier Kist³

Resumo

O artigo realiza breve recuperação teórica da construção do conceito de desenvolvimento regional. Primeiramente, é feita uma discussão em torno da construção histórica do conceito de desenvolvimento, entendido inicialmente como equivalente ao crescimento econômico. Com o passar do tempo e o avanço das discussões, passou-se a distinguir crescimento de desenvolvimento, na medida em que este último foi sintetizado à distribuição da riqueza gerada. Evidenciam-se, assim, as controvérsias que envolvem a construção do conceito, dada a dificuldade de se encontrar o consenso em torno dele e tendo o mesmo evoluído, ainda com um forte viés econômico. A discussão remete a aspectos inerentes à desigualdade do processo de distribuição dessa riqueza e à busca das causas desse processo ocorrer de modo desigual. Reconhecendo que tal discussão assume várias nuances e perspectivas distintas, foca-se essa discussão em torno da dimensão regional. Por fim, verifica-se a condição desafiadora de tal construção conceitual, dada a abrangência e a complexidade das variáveis e das particularidades que envolvem a dimensão regional do desenvolvimento e sua realização.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Crescimento econômico. Desenvolvimento regional.

Abstract

The article makes a brief theoretical recovery of the construction of the concept of regional development. First a discussion is made around the historical construction of the concept of development, initially understood as equivalent to economic growth. With the passage of time and the progress of the discussions, we began to distinguish growth of development, insofar as the latter was synthesized to the distribution of wealth generated. The controversies surrounding the construction of the concept are evidenced, given the difficulty in finding the consensus around it, and having evolved, still with a strong economic bias. The discussion refers to aspects inherent to

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional (UNISC). Professor da Universidade Federal do Pampa, Itaqui – RS, Brasil. E-mail: josecorrea@unipampa.edu.br

² Doutor em Geografia Humana (UFSC). Professor da Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul – RS. E-mail: rlls@unisc.br

³ Doutora em Serviço Social (PUCRS). Mediadora Cível e Facilitadora de Círculos da Justiça Restaurativa e Construção da Paz no CEJUSC Regional de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul – RS. E-mail: rosanekist2009@hotmail.com

the inequality of the process of distribution of this wealth, and to the search for the causes of this process to occur in an unequal way. Recognizing that such discussion takes on various nuances and different perspectives, it focuses on the regional dimension. Finally, there is the challenging condition of such conceptual construction given the scope and complexity of the variables and particularities that involve the regional dimension of development and its realization.

Keywords: Development. Economic growth. Regional Development.

Introdução

A discussão em torno do desenvolvimento é considerada por muitos como um conceito dos mais produtivos e polêmicos, sugerindo que haveria tantos conceitos quantas tentativas de conceituar fossem feitas (SOUZA & THEIS, 2009). Mesmo que tal argumentação possa ser considerada um exagero, é fato que a noção de desenvolvimento tem se mostrado, ao longo do tempo, como polissêmica, sendo, inclusive, objeto de algumas metáforas como a do elefante, abordada por Sachs (2004), segundo a qual o mesmo seria difícil de descrever, mas fácil de reconhecer (ROBINSON, 1962). Tal metáfora é utilizada para demonstrar a complexidade de seu significado, de acordo com a apropriação realizada pelas mais variadas áreas do conhecimento. Mesmo havendo diversas possibilidades relacionadas ao tema, o importante a salientar é que o tratamento dado deve minimamente abarcar algumas dimensões. Em outras palavras, diante da proposta de se estabelecer um conceito para uma determinada temática, é necessário contextualizá-la historicamente.

Assim, o objetivo do artigo é fazer uma breve recuperação da construção histórica do conceito de desenvolvimento regional. Primeiramente, discute-se a construção do conceito ao longo do tempo, entendido inicialmente como equivalente a crescimento econômico. No avanço das discussões, o conceito evolui, passando a ser tratado como desenvolvimento, sintetizado na distribuição da riqueza gerada. Embora ainda com forte viés econômico, a discussão remete a aspectos inerentes à desigualdade no processo de distribuição dessa riqueza. Um grupo de autores se dedica a estudar as causas desse processo se dar de maneira desigual. A partir de então, pensa-se o desenvolvimento em magnitudes regionais, tanto em escalas supranacionais como subnacionais.

Por fim, conclui-se que, pela sua profundidade e complexidade, o conceito não é fechado, dadas as particularidades que envolvem a dimensão regional, o que evidencia o desafio da construção conceitual correspondente.

O conceito de desenvolvimento

A utilização da expressão 'desenvolvimento' é derivada da Biologia, em decorrência da concepção darwiniana, interpretando-a como um movimento em direção da forma mais adequada, ou seja, da noção de que um organismo qualquer se desenvolve ao progredir em direção à sua maturidade biológica (SANTOS *et al.*, 2012)⁴. Anteriormente à noção de desenvolvimento, fundamentalmente todo o arcabouço da economia política clássica, no sentido de compreender e explicar o processo de consolidação do então emergente sistema de produção capitalista, foi feito a partir da noção de crescimento econômico. (SANTOS *et al.*, 2012).

Dessa forma, as primeiras definições foram caracterizadas a partir do crescimento econômico entendido como sinônimo, ou como condição necessária, embora não suficiente, para que se alcance o chamado desenvolvimento econômico. Disso decorre que não há ou não havia minimamente um consenso a respeito, mas é a economia que primeiramente discute a respeito, justamente por conta desse seu viés⁵.

⁴ A transferência da Biologia para a vida em sociedade ocorreu nas últimas décadas do século XIX e tomou corpo com o darwinismo social. Com ela, verificou-se que o *progresso*, a *expansão* e o *crescimento* não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas, mas, sim, propriedades específicas de algumas sociedades ocidentais. (SANTOS *et al.*, 2012, p. 45)

⁵ Para as Escolas Clássica e Neoclássica da economia, desenvolvimento e crescimento são sinônimos, já a Escola de influência Marxista (crítica) apregoa que o crescimento seria uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento (OLIVEIRA, 2002). Importante salientar que o uso da expressão desenvolvimento é do início do século XX, e na economia foi utilizada, pela primeira vez, por Schumpeter (1997).

A discussão sobre essa questão pode remeter ainda ao século XVII, no período de transição da sociedade medieval para a moderna, ou seja, do feudalismo absolutista para o capitalismo liberal, transição essa que não é pontual e, sim, processual, pois a passagem do feudalismo para o capitalismo não se dá uniformemente, tendo também como paralelo, do ponto de vista econômico, o metalismo e o mercantilismo (GONÇALVES *et al.*, 1998).

A noção inicial era a de que as nações seriam tanto mais ricas quanto mais metais preciosos detivessem, ou seja, quanto mais tivessem essa riqueza. Tal riqueza, evidentemente, dependeria da capacidade de cada nação em gerá-la ou dela se apropriar, o que estimulou os pensadores da época a construir suas teorias a respeito, destacando-se, nesse caso, alguns considerados de maior relevância contributiva à evolução do conceito.

Nesse sentido, as ideias mercantilistas expressas no pensamento de Petty (1996) e Locke⁶ (1696) consistiam na manutenção de uma relação comercial superavitária com as outras nações como forma de acumulação de riqueza, para sustentar o poder do Estado (absolutista), mas essa riqueza apropriada não deveria ser entesourada, sob pena de comprometer o bom fluxo dos recursos e o conseqüente enriquecimento. Assim, haveria a prosperidade da nação.

Já para os fisiocratas, como Quesnay, a riqueza seria gerada pela terra, o que em parte sustentava precursoramente a importância da chamada classe produtiva⁷, que, à época, ainda não era reconhecida como tal, mas atualmente seria a dona dos meios de produção, ou seja, o capital. O crescimento dessa economia se daria a partir da geração de excedente pela agricultura e pecuária à classe estéril da sociedade, representada pelos demais agentes que não os próprios produtores agrícolas e os senhores das terras.

O tempo e os acontecimentos possibilitaram o surgimento das ideias da economia política clássica. Em essência, a riqueza de uma nação é gerada pelo aumento da produtividade do trabalho, até então não devidamente reconhecida, o que é possível pela divisão do trabalho. Além desse aspecto, há a negação do princípio do valor gerado pelas dádivas da natureza, como o caso dos fisiocratas, ou mesmo das riquezas metálicas, mercantilistas. Essas últimas são vistas como mero produto, sujeito, portanto, às variações decorrentes do comércio, sendo que esse, ao ser realizado livremente com o exterior, geraria a amplitude do mercado consumidor, necessário para o enriquecimento da nação (SMITH, 1996).

A noção de crescimento foi se consolidando com gradativas contribuições, de tal forma que o capital acumulado decorrente do comércio ou da produção excedente deve ser distribuído sob salários junto aos trabalhadores para assegurar-lhes poder de consumo e manter assim a prosperidade (RICARDO, 1996). Complementa-se ainda o raciocínio clássico, com a noção de progresso técnico, que seria a forma de superação do estado estacionário⁸ (MILL, 1996).

Dessa forma, é possível estabelecer minimamente as bases conceituais de desenvolvimento na visão clássica da economia. Primeiramente, deve-se salientar, como observa Ekerman (1996), que, embora as discussões sobre desenvolvimento tenham aparecido como tal somente a partir da década de 1930, elas já eram feitas bem antes no âmbito da ciência econômica, como ficou demonstrado. Para os clássicos, o crescimento econômico é a base da noção de desenvolvimento de uma nação. Esse crescimento era compreendido como decorrência do aumento da produtividade do trabalho, o que resultaria na acumulação de capital que, se distribuído adequadamente, asseguraria a direção ao estado estacionário de sociedade equilibrada. Importante destacar que os clássicos da economia política eram liberais em seu pensamento, ou seja, defendiam que o Estado não deveria interferir nas relações produtivas de mercado.

Nesse sentido, é importante salientar que alguns dos pressupostos básicos estabelecidos na Economia Política Clássica eram preponderantes para essa compreensão, tais como o preconizado

⁶ Para Locke, havia dois meios de obtenção de dinheiro, extraindo das minas ou de outros países. Para extrair de outros países, existiam três possibilidades, “à força, o empréstimo ou o comércio” (LOCKE, 1696, p. 71).

⁷ É a que faz renascer, pelo cultivo do território, as riquezas anuais da nação, efetua os adiantamentos das despesas com os trabalhos da agricultura e paga anualmente as rendas dos proprietários das terras (QUESNAY, 1996, p. 211).

⁸ Ekerman (1996) chama a atenção para o que os economistas da atualidade por muito tempo ignoraram, os limites do desenvolvimento, o que para os clássicos em geral, e para Mill de forma particular era presente, segundo o qual haveria um estado estacionário, no qual ninguém seria pobre, tampouco alguém iria querer ficar mais rico (MILL, 1996). Schumpeter (1997) também aborda a necessidade de superação do estado estacionário, mas nesse caso o autor está se referindo ao chamado equilíbrio geral walrasiano (as famosas tesouras da economia, que sintetizam a igualdade entre oferta e demanda), o que seria possível com a introdução de um sistema inovativo, tanto do ponto de vista de produtos, como produção e capacidade empresarial.

pela chamada “lei de Say”⁹ e suas implicações, a saber: pleno emprego, relação inversa entre salários e lucros, crises de produção apenas temporárias, finanças públicas entendidas como vazamentos do sistema sem gerar riqueza e a acumulação de capital entendida como igual à poupança e em função dos lucros (MIGLIOLI, 1982). Essas implicações, de forma explícita ou implícita, passaram a embasar as reflexões, o que evidentemente gerou críticas, como as apontadas por Marx (2013), Malthus (1996) e Keynes (1996)¹⁰.

Embora as críticas tenham sido feitas e cada autor, particularmente, tenha se embasado em pontos de vistas distintos, a noção básica de desenvolvimento continuava e continuou fortemente relacionada com o crescimento econômico. Dessa forma, do ponto de vista da economia, seria fruto da combinação, de um lado, do surgimento das nações e da formação dos estados nacionais e, de outro, da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital, resultando, então, num “processo histórico autossustentado de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico levando ao aumento do padrão de vida da população” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p.65). De forma simples e direta, aumento, ao longo do tempo, do fluxo de renda, ou seja, da produção *per capita* de bens materiais (FURTADO, 2001; BARAN¹¹, 1986).

A crise da década de 1950 nos países de “Terceiro Mundo” demonstrou que a noção simplificadora pela qual o progresso (crescimento) não era “uma virtude” natural a todos os países, sendo preciso buscar novas explicações (ALMEIDA, 2002). Furtado (1975, p. 96), ao definir desenvolvimento econômico como “[...] a elevação do nível material de vida na forma como determinada sociedade o define, partindo de uma escala de valores que reflete o equilíbrio de forças que prevalece nessa sociedade” traz à discussão outras variáveis que não somente as econômicas, pois os indicadores somente refletirão mudanças positivas se houver elementos de deliberação social ou de planejamento, uma vez que são determinados por variáveis de caráter tecnológico, econômico e social.

O desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as suas causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica. (SCHUMPETER, 1997, p. 74)

Conforme visto até o momento, a percepção em torno da temática avança, embora sem consenso, pois sempre há críticas e contribuições à discussão, dependendo obviamente do alinhamento teórico de cada autor. Isso, por si só, gera controvérsia quanto à classificação dos autores em grupos teóricos definidos *a priori*, sendo que há os bem definidos, que se posicionam claramente em uma ou outra corrente, por vezes antagônicas entre si, mas há os que não se autodeclararam adeptos de uma linha específica. Enriquez (2013), por exemplo, faz um exercício de classificação teórica dos diversos pensadores, apresentando três grupos de acordo com suas reflexões: a) desenvolvimento como crescimento; b) neomarxistas e c) desenvolvimento sustentável. Já Veiga (2005) apresenta uma classificação ligeiramente distinta: a) desenvolvimento como crescimento; b) desenvolvimento como mito e c) desenvolvimento como liberdade.

Importante salientar que mais do que um alinhamento teórico diferente, tem-se a essência do conceito muito semelhante. O que gera divergência é a compreensão de cada autor sobre como se atinge o objetivo e qual a forma de assimilação e de reação ao resultado, o que, daí sim, evidencia a relevância da distinção. No caso presente, não há necessariamente a preocupação de um alinhamento teórico específico como o preceituado pelos autores supracitados, mas, sim, uma reflexão em torno da breve revisão de literatura, com o viés regional.

⁹ Mesmo não havendo rigor científico em seu enunciado, que tampouco foi criado por Say, há entre os clássicos uma forte aceitação do enunciado básico dessa “Lei”, traduzida livremente como “toda produção gera sua própria demanda” (MIGLIOLI, 1982, p.16). Ao acolherem em suas teorias tal afirmativa, Ricardo (1996) e Mill (1996) exerceram forte influência na consolidação dessa imagem.

¹⁰ Marx construiu sua obra a partir de uma crítica à Economia Política, o que não necessariamente coincide com os apontamentos de Keynes e Malthus, no entanto, para os referidos autores, era consenso que o problema no processo de acumulação de capital estava na demanda efetiva, o que confrontava a Lei de Say. Em outras palavras, não haverá a acumulação, se não houver a efetiva venda da produção, o que, para Marx (2013), era chamado de realização da mais-valia.

¹¹ Embora o autor seja direto na definição, em outro momento, chama a atenção para determinadas implicações do conceito, “historicamente, o desenvolvimento econômico sempre significou uma profunda transformação da estrutura econômica, social e política, da organização dominante da produção, da distribuição e do consumo”. (BARAN, 1986, p. 37)

A dimensão regional do desenvolvimento

Como já referido, o conceito de desenvolvimento não é acabado, mas, sim, está em constante transformação, caso da preocupação com a dimensão subnacional, claramente evidenciada na afirmação de Lima & Simões (2009) de que o desenvolvimento ocorre de forma desigual e, uma vez iniciado em determinados pontos, tem a característica de fortalecer as regiões mais dinâmicas em detrimento das menos dinâmicas e se configura em aspectos intra e inter-relacionados às mesmas. Identificam-se, então, teorias econômicas e teorias espaciais, ou de localização (MONASTÉRIO & CAVALCANTE, 2011), cujo objetivo era explicar a concentração territorial da produção, no caso dessas e explicar as questões mercadológicas da economia de maneira geral, no caso daquelas. Ou seja, começa, a partir desse momento, a haver uma preocupação mais focada nas dimensões subnacionais¹², surgindo, então, a noção de desenvolvimento regional.

Conceitualmente, praticamente, não há distinção entre desenvolvimento de uma nação ou desenvolvimento de uma região, no entanto as explicações para um e outro caso podem ser distintas, por conta de uma questão de escala, das características socioespaciais e da historicidade diferencial dos territórios, ou mesmo de autonomia administrativa. Por sua vez, pensar o desenvolvimento regional implica considerar, ainda que de modo sintético, o que se entende por região, pois, a exemplo do desenvolvimento, há vasta e respeitável literatura a respeito. Como não há intenção de estabelecer um conceito, ou mesmo historicizá-lo, adota-se a argumentação de Santos (1985, p.66-7):

Uma região é, na verdade, o lócus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado. Mas, pelo fato de que, no passado, o mesmo fenômeno se produziu, as divisões espaciais do trabalho precedentes criaram, na área respectiva, instrumentos de trabalho fixos às diversas órbitas do processo produtivo, aos quais se vêm juntar novos instrumentos de trabalho necessários às atividades novas e renovadas atuais. [...] A região se definiria, assim, como o resultado das possibilidades ligadas a uma certa presença, nela, de capitais fixos exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas e das condições do seu funcionamento econômico [...].

Em complemento, Cunha et al. (2005, p. 8) ponderam que

[...] a região deve ser fruto não de atribuições “naturais” em exclusivo, mas da interação desta dimensão com a produção/percepção do espaço, é razoável pensar que isto não se dá de forma unívoca, e que, portanto, não se pode falar de um só recorte regional para um dado espaço. Isto da mesma forma que não se identifica uma única filiação de ideias ou interesses práticos nas correntes políticas em disputa no interior de um Estado; ou ainda um só nível de pertencimento social para cada um dos indivíduos de uma coletividade; mais apropriada é sempre a percepção de dimensões superpostas para a análise dessas questões.

Os autores trazem uma nova temática à reflexão, o recorte regional, alertando ainda para as múltiplas possibilidades decorrentes, uma vez que se fala de “construção, e percepção coletiva”. Em que pese a imprecisão e a controvérsia em torno do conceito de região, em função do foco dos estudos, os recortes a serem feitos devem seguir uma proposição determinante que supera a questão dos níveis de agregação e os critérios de segmentação. “O recorte de uma região precisa dialogar com a totalidade do espaço segmentado, e definir o nível em que se fracionará e segundo que variáveis vai ser orientado esse fracionamento do espaço” (CUNHA et al, 2005, p. 8).

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se em componente fundamental da totalidade social e seus movimentos.

¹² Já em 1826, Von Thünen apresentava algumas explicações em torno da localização de estruturas produtivas, naquele tempo ainda relacionadas à agricultura, mas é na virada do século XX que começam a se aprofundar os estudos, inicialmente na Alemanha, com Weber e Lösh, e posteriormente com a tradução dessas obras ao inglês, universalizam-se os estudos sobre localização industrial, que em essência estavam fortemente vinculados a aspectos relacionados às condições naturais de produção e da minimização de custos de transporte (MONASTÉRIO & CAVALCANTE, 2011).

Os objetos geográficos aparecem nas localizações correspondentes aos objetivos da produção num dado momento e, em seguida, pelo fato de sua própria presença, influenciam-lhes os momentos subsequentes da produção (SANTOS, 1982, p. 18).

Do conceito de formação socioespacial de Milton Santos, depreende-se que espaço e sociedade são coisas interdependentes, sem que um só seja compreensível através de outro e vice-versa.

Como já mencionado, as primeiras reflexões em torno do desenvolvimento regional tinham ainda forte viés econômico, e a preocupação principal estava relacionada às questões da concentração da produção. Destacam-se, nesse caso, as contribuições de Perroux, Myrdal, Hirschman, Boudeville e North. Todos esses pensadores, de forma implícita ou explícita, discordam da argumentação de Rostow (1961), que interpretava que o desenvolvimento se daria em etapas, desde uma sociedade tradicional, com baixo nível de produção, até a sociedade do consumo em massa¹³.

Perroux (1967) parte da argumentação de Schumpeter (1997), cujo destaque é dado à figura do empreendedor como ponto de superação do estado estacionário e, conseqüentemente, do avanço em termos de desenvolvimento. De forma complementar, os poderes da república poderiam, a partir de suas iniciativas, estimular inovações e, com isso, estabelecer uma condição de crescimento econômico (PERROUX, 1967; MONASTÉRIO & CAVALCANTI, 2011). Sob esse prisma, fica evidente que, para Perroux (1967), o crescimento econômico é resultante de uma combinação de fatores, dentre os quais há elementos tanto na esfera privada (empresarial) como na esfera pública, assim como em diferentes escalas¹⁴.

Assim, o crescimento ocorre de forma localizada, nos chamados polos de crescimento, manifestando-se de forma variável na economia, de acordo com cada caso ou situação. A base desse pensamento está na existência de dois grupos de indústrias: as motrizes e as movidas. As indústrias motrizes têm a condição de aumentar as vendas e as compras de serviços das movidas, gerando, assim, a chamada polarização¹⁵. Essa polarização pode acontecer de quatro formas: 1) técnica, que está relacionada ao encadeamento entre empresas; 2) econômica, a partir da geração de emprego e de renda pela indústria motriz; 3) psicológica, inerente ao aspecto anímico gerado pelo clima de otimismo decorrente da instalação ou da existência da indústria motriz e 4) geográfica, proporcionada pela transformação em torno das instalações industriais, gerando redução de custos de transporte e economias externas e de aglomeração (PERROUX, 1967).

O próprio autor reconhece algumas distorções que seriam geradas pelos polos, tais como a acentuada disparidade entre as regiões. Também admite a necessidade de se considerar de forma articulada a atuação dos mais variados atores envolvidos, sejam privados ou públicos, inclusive para questões além da economia, mas afirma que seu único foco é a análise econômica pura e simples¹⁶, ou seja, não se ateve ao que chamou de alianças e coligações entre poderes (PERROUX, 1967). Ainda assim foi alvo de críticas, das quais é possível destacar a despreocupação com as questões relacionadas à região de forma específica, contentando-se apenas em conceituar espaço¹⁷ e tratando isso de forma abstrata (MONASTÉRIO & CAVALCANTE, 2011).

Importante destacar que Perroux (1967, p. 179) define desenvolvimento como resultado da “[...] combinação das transformações de ordem mental e social de uma população que lhe

¹³ Há muitas críticas a essa noção. Autores, como Beltrão (1965), consideram que fora as críticas eminentemente ideológicas, o que Rostow apresenta em termos temporais não foi suficientemente sustentado a ponto de invalidar a análise. Essa avaliação se mostra insuficiente para explicar os fenômenos relacionados ao desenvolvimento, pois ignora as relações históricas de configuração das sociedades, o que configura uma “estreiteza metodológica” (BRANDÃO, 2011).

¹⁴ Ao tratar do conceito de desenvolvimento e de suas causas, Perroux (1967) menciona algumas características comuns aos países subdesenvolvidos: economias desarticuladas, dualistas e sua população não tem acesso aos direitos básicos, faltando-lhe soberania.

¹⁵ O conceito de polo de crescimento apresentado por Perroux foi e ainda é utilizado pelos atores governamentais na formulação de políticas públicas que visam ao desenvolvimento econômico de uma determinada região.

¹⁶ A análise puramente econômica proposta por Perroux não é necessariamente simples, pois trata-se de uma crítica aos economistas liberais, defensores de um Estado menos atuante em termos de mercado.

¹⁷ Perroux definiu espaço como algo abstrato, tomado à Matemática e à Física, para a análise econômica, tido como continente de algum conteúdo, dividindo-o ainda em espaços vulgares ou geoeconômicos, definidos pela relação entre homens e coisas ou ainda entre pontos, linhas, superfícies e volumes; ao passo que os espaços econômicos, os que interessam, são estabelecidos a partir de relações econômicas entre elementos econômicos, subdivididos em três, espaço econômico com conteúdo de plano, como campo de forças e como conjunto homogêneo (PERROUX, 1967).

possibilitam o aumento cumulativo e duradouro do seu produto real global”, destacando também que há desigualdades quanto ao nível atingido entre as sociedades ocidentais, bem como causas distintas para tanto.

De forma complementar, Boudeville¹⁸ (1973) se preocupou em estabelecer a distinção entre espaço e região, como forma de identificar mais claramente os aspectos inerentes às políticas econômicas de crescimento ou desenvolvimento. De maneira geral, espaço e região se distinguem pela contiguidade que esta pressupõe e aquele não exige, devendo tais conceitos, portanto, serem vistos de forma complementar, porém distinta.

Perroux distinguiu três noções de espaço: homogêneo, quando tem uniformidade nas relações econômicas; polarizado, que diz respeito às interdependências e às hierarquias de suas partes e programa/plano, do ponto de vista decisório e dos objetivos estabelecidos. Boudeville (1973) preocupa-se em distinguir também a região, nas mesmas três perspectivas, sobretudo pensando na operacionalização. A região homogênea é um espaço contínuo com características semelhantes; é polarizada quando se considera a interdependência e a complementariedade entre as partes em um espaço heterogêneo com hierarquia de acordo com o tipo de bens produzidos (local, regional e/ou nacional); região-plano é um espaço contínuo onde as diversas partes estão sob uma mesma decisão. (BOUDEVILLE, 1973; LIMA & SIMÕES, 2009)

Assim como Perroux mencionou que o crescimento se manifesta de forma distinta em espaços distintos, Myrdal (1965) também evidencia essa questão a partir da noção de causação circular cumulativa. Essa ideia explicaria a disparidade no desenvolvimento das nações/regiões ao longo do tempo, sendo, portanto, um raciocínio válido tanto para países como para dimensões subnacionais. Além disso, fortalecia a noção contrária ao apregoado a que o autor chamou de “posição teórica tradicional” (MYRDAL, 1965, p. 24), pautada no pressuposto do equilíbrio estável dos mercados.

A causação circular cumulativa é inspirada na noção de ciclo vicioso¹⁹, mas também pode ser virtuoso. O raciocínio básico é o de que uma mudança qualquer gera desequilíbrio no sistema social que se acentua pela tendência natural de que cada força desse sistema busca a consolidação da vantagem, acarretando, assim, num distanciamento entre as mesmas. Em outras palavras, uma mudança ocorrida no sistema tende a gerar um distanciamento entre as forças de interesses opostos, com as condições existentes acentuando essas diferenças, ocasionando as disparidades no desenvolvimento. Os chamados efeitos de retroação seriam perversos, gerando retrocesso na região e os efeitos de difusão seriam benéficos, ocasionando avanços na região. Assim, uma região atrasada, por exemplo, com baixo nível educacional, seria incapaz de atrair um empreendimento pelo fato de sua população não apresentar uma das condições consideradas primordiais, a educação elevada de sua população. O contrário seria verdadeiro, região que tem algum atrativo tenderia a concentrar investimentos, gerando, assim, mais desenvolvimento e, por conseguinte, fortalecendo a sua atratividade. Tais disparidades somente seriam minimizadas se houvesse um mecanismo de equalização, o qual as forças de mercado são incapazes de gerar, exigindo, então, uma ação do Estado²⁰ como forma de compensar as diferenças geradas pelas mudanças ocorridas no sistema (MYRDAL, 1965).

Enquanto Myrdal (1965) entende a desigualdade como problema, Hirschman (1961) demonstra uma compreensão distinta, considera isso uma necessidade do processo de desenvolvimento. Para ele, seria a partir dos desequilíbrios que no processo de reajuste com a potencialização dos recursos escassos se obteria crescimento. No entanto, há concordância com Myrdal, que identificava efeitos positivos ou negativos de uma região sobre as demais, a partir de uma possível complementariedade regional, efeito positivo, ou migração seletiva, efeito negativo, mas

¹⁸ Boudeville não tem intenção de discutir sobre desenvolvimento de maneira específica, mas, sim, a questão relacionada à região, o que é de suma importância no contexto de implementação de políticas e mesmo na análise e na avaliação das mesmas, como é o contexto em que está inserido o presente estudo.

¹⁹ A ideia básica deriva de um estudo de Winslow em análise dos aspectos econômicos da saúde, no qual correlacionou pobreza com doença, segundo o qual a doença deriva da pobreza e, como consequência, a acentua. (MYRDAL, 1965, p. 26)

²⁰ Para Myrdal, a principal mudança nas políticas adotadas em países subdesenvolvidos é o entendimento comum que os mesmos necessitam de um plano de desenvolvimento e de integração nacional. Esse plano deve ser concebido como um programa estratégico para intervir nas forças de mercado e, desse modo, condicioná-las a impulsionar o processo social. Devido às muitas deficiências existentes nos países subdesenvolvidos, é aceitável que o Estado assuma várias funções, intervindo no sistema de causação cumulativa, estimulando o desenvolvimento e aumentando o padrão de vida da população. (LIMA; SIMÕES, 2009, p. 15)

no final prevaleceriam os efeitos positivos com as desigualdades regionais minimizadas (HIRSCHMAN, 1961).

Considerando, ainda, a exemplo dos autores predecessores, que crescimento ou desenvolvimento não ocorrem de forma nem igual nem simultânea em toda parte, há que se conhecer as especificidades de cada região. Essa análise possibilita a atuação junto à sociedade com vistas a superar as barreiras estruturais existentes e proporcionar a dinâmica necessária para a superação dos desajustes, contribuindo, dessa forma, para que houvesse o desenvolvimento. Havendo escassez de recursos ou deficiências em sua dinamização, é necessário que se estabeleçam as condições para tanto, o mercado por si só não é capaz de satisfazer essa condição, sobretudo nos países subdesenvolvidos (HIRSCHMAN, 1961).

Essa visão crítica ao crescimento equilibrado fica evidente na obra de Hirschman (1961), sobretudo quando o autor agrega em sua análise questões de cunho antropológico, ao evidenciar que mesmo a capacidade empreendedora ressaltada por Schumpeter (1997) é dependente das habilidades políticas negociais e que, nos países retardatários, isso não é espontâneo, exigindo, portanto, algum tipo de intervenção.

Outra abordagem sobre desenvolvimento regional é a da base exportadora, apresentada por Douglas North. Em análise a respeito do desenvolvimento da economia americana, criticou o que se tinha como definitivo no desenvolvimento da economia europeia²¹. A partir do surgimento de uma atividade de exportação baseada em fatores locais específicos, constitui-se a base exportadora, com efeitos diretos e indiretos sobre a economia local. Assim, a exportação induz o surgimento de novas atividades de processamento industrial e de serviços associados ao produto de exportação, gerando, inclusive, diversificação setorial e, conseqüentemente, o desenvolvimento (NORTH, 1977).

Importante ressaltar que a industrialização não garante a continuidade do desenvolvimento, uma vez que ela é o resultado do sucesso da base exportadora e não o esgotamento da atividade do setor primário. No entanto, seria necessário que a produção agrícola não estivesse baseada em grandes propriedades, pois seus efeitos seriam limitados²² à medida que começassem a incidir retornos decrescentes de investimento sobre a atividade industrial principal (NORTH, 1977; LIMA & SIMÕES, 2009; MONASTÉRIO & CAVALCANTE, 2011).

O desenvolvimento da região se dá, basicamente, devido a oscilações nos seus determinantes, que são conseqüências da base de exportações, a saber: nível de renda ou nas preferências dos consumidores, custos dos fatores de produção, disponibilidade de insumos básicos (recursos naturais ou matérias-primas), sistema de transportes, tecnologia, ação governamental (benefícios sociais) e na origem do capital. Devido à irregularidade desses fatores e associando-se a isso a evolução da renda e da população local, o crescimento de uma região tende a ser desigual. Espera-se que, no longo prazo, isso seja minimizado em função do amadurecimento da região que torna menos distinguível a base primária por causa da diversificação. Importante salientar também que essa base de exportação deve, de alguma forma, ser configurada e consolidada na região por meio da concentração de esforços políticos combinados com organizações que façam a intermediação de forma adequada e também de um sistema institucional adequado (NORTH, 1977)²³.

Contrapondo o pensamento de North, mas não só esse, ao discutir o não desenvolvimento na América Latina, pelo menos nos termos aceitos para o chamado primeiro mundo, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) apresentou ideias distintas, sobretudo por ser uma análise feita de outro prisma, à condição de subdesenvolvimento propriamente dito. Inicialmente, a interpretação remete à ideia de que desenvolvimento e subdesenvolvimento não são fases ou etapas distintas do processo e, sim, o mesmo processo, fruto da inter-relação centro-periferia²⁴. O resultado

²¹ North contesta explicitamente a visão de que o desenvolvimento regional teria ocorrido em etapas sucessivas: i) economia de subsistência, autossuficiente e agrícola, de acordo com a distribuição dos recursos naturais; ii) desenvolvimento do comércio e da especialização local, viabilizados por melhorias nos transportes, e localização determinada pela “camada básica” da população; iii) comercialização inter-regional e diversificação das atividades agropecuárias; iv) industrialização impulsionada pelo crescimento da população e dos rendimentos decrescentes da agricultura e das indústrias extrativas e v) especialização em atividades terciárias para exportação (LIMA & SIMÕES, 2009).

²² Esses efeitos gerariam, assim, uma dualidade, com a concentração criando perfis de demanda relacionados à produção de subsistência, para os mais pobres, e a importação de bens de consumo, para a elite. Ressalta-se ser necessário e desejável um equilíbrio entre exportações e importações, desde que essas não tenham substitutos internos.

²³ North não chega a mencionar que o setor público deva ser protagonista na indução do processo, mas evidencia a importância do seu envolvimento no processo.

²⁴ “En ese esquema a la América Latina venía a corresponderle, como parte de la periferia del sistema económico mundial, el papel específico de producir alimentos y materias primas para los grandes centros industriales” (PREBISCH, 2012, p. 5).

disso, uma relação holística e histórica, seria fruto de um sistema de desenvolvimento do capitalismo desigual tanto do ponto de vista do resultado quanto da consolidação do mesmo (PREBISCH, 2012). Em outras palavras, na escala mundial, há uma hierarquia organizacional em torno do desenvolvimento do sistema, na qual há os países dependentes e os países independentes, e isso seria fruto de uma relação histórica.

Assim, pode-se entender o subdesenvolvimento como um subproduto do desenvolvimento com base nos valores ocidentais (europeu), sendo, portanto, um processo autônomo e não uma etapa do desenvolvimento. Essa característica é identificada, sobretudo em decorrência da estrutura interna subdesenvolvida, cuja articulação, seja doméstica ou internacional, não resulta na distribuição adequada das riquezas geradas, ou seja, a relação centro-periferia se dá de forma desigual por conta da sua conformação histórica e estrutural, de tal forma que, naturalmente, não haverá desenvolvimento periférico (FURTADO, 2001).

Na visão cepalina, seria necessário romper com essa estrutura subdesenvolvida e considerar que isso não se dará de forma natural, pois o papel da periferia é bem claro no contexto de divisão internacional do trabalho: fornecer alimentos ao mundo desenvolvido e industrializado. A superação desse fenômeno exige que haja intenção em romper com isso, sendo assim a alternativa seria a industrialização, que passou a concentrar os esforços desses pensadores e vira pauta central nas economias nacionais com o processo de substituição de importações²⁵ (BIELSCHOWSKY, 2000).

O pensamento cepalino, embora possa ser considerado crítico ao pensamento clássico/neoclássico, sobretudo do ponto de vista metodológico, não foge ainda de alguns dos pressupostos básicos dessa corrente ou mesmo de algumas conclusões, como é o caso da industrialização exercendo papel preponderante no processo, e que tal condição só seria alcançada mediante atuação do Estado para minimizar os efeitos da relação desigual centro-periferia.

É fato que somente no pós-guerra é que se passou a distinguir de forma mais categórica desenvolvimento de crescimento (OLIVEIRA, 2002; BOISIER, 2001; SACHS, 2004). Assim, é razoável que todos os autores não fizessem tal distinção, que, em essência, resumia-se à variação positiva do PIB, no primeiro caso, e esse distribuído melhor entre a população, no segundo. Já na década de 1970, o conceito de desenvolvimento relacionado tão somente à variação do PIB mostrava-se insuficiente, acarretando com isso novas reflexões.

Com as transformações mundiais ocorridas a partir do final da década de 1970, a crise no modelo de financiamento e o processo de internacionalização da economia decorrente de profundas alterações no sistema capitalista, pautado fundamentalmente na intensa mobilidade dos fatores da produção, e esses ainda assumindo uma faceta diferente de como eram reconhecidos, surgiu uma nova visão para o conceito de desenvolvimento, superando o crescimento da produção nacional, passando também a tratar de outras questões como a qualidade de vida, a equidade, a democratização, a participação cidadã e o meio-ambiente (COSTA & CUNHA, 2002).

Mudou também a perspectiva de se pensar o desenvolvimento, anteriormente em perspectiva exógena, denotando a ideia da existência de uma força motriz externa que desencadearia as demais atividades econômicas, ao passo que há outra possibilidade, que seria levar em consideração as condições locais para que a “evolução” possa ocorrer, o que necessariamente exigiria uma participação ativa dos atores da comunidade envolvida, mas sem negar a interferência externa (BARQUERO, 2001). A abordagem do desenvolvimento endógeno deve levar em consideração a importância do espaço no processo, deixando de ser mero receptáculo nos moldes propostos pela economia clássica/neoclássica, sendo considerado meio de interação, conforme referido por Brandão (2011), Boisier (2001) e Barquero (2001), ou seja, uma abordagem mais crítica, que envolve, portanto, a discussão em torno do conceito de região e de território.

Para justamente nessa questão a interação entre atores a principal crítica feita, sobretudo por autores de influência marxista, embora não só desses. O entendimento de que o desenvolvimento teria um fim em si mesmo, ignorando os conflitos sociais existentes, geraria, como consequência, resultados indesejáveis. Em síntese, é o que Furtado (1998) chamou de mito do desenvolvimento, que remete à necessidade de se pensar de forma mais articulada o processo. Vários são os autores que mencionam isso, independentemente da corrente ideológica, como é o caso do próprio Furtado (1975; 1998; 2001), ou mesmo Cardoso (1995), Sachs (2004), Brandão (2011) e Oliveira (2002). Tais

²⁵ A guinada do modelo de desenvolvimento voltado “para fora” em direção ao “para dentro” também é facilitada pela grande crise da década de 1930, somando-se então ao contexto a necessidade de uma política anticíclica, já também enfatizada nas ideias keynesianas (TAVARES, 1983).

autores escrevem em contextos e com objetivos distintos, mas concordam que há uma complexidade maior por trás da questão para ser tratada de forma unilateral.

Há, portanto, algumas ressalvas na discussão feita até o momento, mas tais ressalvas remetem à conclusão de que, seja qual for o enfoque, é necessário que se relativize o significado apresentado. Nas palavras de Cardoso (1995, p.1), “nas ciências sociais, os conceitos são historicamente densos [...] precisam se redefinir sempre que ocorram alterações de alcance estrutural nas relações sociais”. Deve-se ter em mente que tanto o significado dado ao conceito quanto o seu objetivo passam pelo contexto social e político em que se vive. Há de se ter, portanto, rupturas, na perspectiva em que o ator se coloca.

Não se pretende, com essa retrospectiva, a (re)construção do conceito, tampouco esgotar o assunto, apenas fazer uma recuperação teórica visando possibilitar uma melhor compreensão da temática, contextualizando-a. No caso específico, fazendo uma abordagem na perspectiva do desenvolvimento regional, o que, aliás, a própria ciência econômica também fez, com a economia regional²⁶.

Nesse sentido, mesmo que o foco não seja o regional, Sen (2000) apresenta uma contribuição relevante, ao abordar que o desenvolvimento passa pela expansão das liberdades humanas, sem, no entanto, negar as questões econômicas, que podem contribuir na superação das barreiras. A liberdade mencionada nesse caso diz respeito às questões sociais, acesso à educação, à saúde e aos direitos civis, sobretudo participar, escolher e ter acesso. É necessária a remoção das “fontes de privações de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p. 18). Uma preocupação do autor, simpatizante das ideias liberais de Adam Smith, é de que a chamada “mão invisível” não funciona nas sociedades modernas, justamente porque há uma hegemonia dos princípios economicistas na implementação das políticas públicas, cuja consequência principal é o acirramento das desigualdades.

Fica evidente que o abordado até aqui é um contraponto ao discurso neoliberal, que pressupõe o mercado orientando e conduzindo as ações da sociedade em geral, em detrimento das ações intervencionistas do Estado, que gerariam um efeito negativo ao desenvolvimento do sistema, uma vez que esse seria destruidor da liberdade dos indivíduos e da competição criadora. Embora o papel do Estado não deva necessariamente ser central no processo, é uma parte importante na mediação e na sua articulação.

Considerações finais

O objetivo do artigo foi fazer uma breve recuperação da construção histórica do conceito de desenvolvimento regional. Para tanto, inicialmente, discutiu-se a construção do conceito de desenvolvimento ao longo do tempo. Entendido inicialmente como equivalente a crescimento econômico, o conceito evoluiu, passando a ser tratado como desenvolvimento, sintetizado na distribuição da riqueza gerada, econômico portanto.

Posteriormente, recebeu outras adjetivações, de acordo com perspectiva considerada, dentre elas a dimensão regional, cujo foco, embora ainda com forte viés econômico, remete a aspectos inerentes à desigualdade no processo de distribuição da riqueza. Assim, um grupo de autores se dedicou a estudar as causas desse processo se dar de maneira desigual. Essa distinção pode ser percebida tanto no viés do regional quanto na percepção do não desenvolvimento, tratado como subdesenvolvimento.

Para pontuar o conceito de desenvolvimento regional, entende-se região como sendo fruto de um processo histórico que a molda. Assim, sustenta-se que o desenvolvimento regional pressupõe uma ruptura na perspectiva em que o ator se coloca, pois é um processo histórico, que exige transformação nas bases sociais e econômicas, mudanças estruturais e, sobretudo, uma estratégia construída de forma conjunta entre os diversos atores da região.

Por fim, conclui-se que o conceito não é fechado e, ao mesmo tempo, pela sua densidade e polissemia, requer análises mais profundas. As particularidades que envolvem a dimensão regional

²⁶ Encontra-se, em Monastério & Cavalcante (2011), Matteo (2011) e Enriquez (2010), uma recuperação das teorias de base regional e territorial, que são tentativas de demonstração dos caminhos que devem ser perseguidos na busca do desenvolvimento, sobretudo sob o viés econômico, embora as mesmas também façam menção às demais dimensões do desenvolvimento, que são diversas, dependendo do autor.

a tornam desafiadoras na construção conceitual correspondente. Registra-se o conflito de interesses entre os distintos atores envolvidos, a interação dos componentes endógenos frente aos exógenos com a assimilação dos mesmos e disso tudo como sendo um processo contínuo ao longo do tempo, com a influência de seus contextos, tais como a endogenia com a interação, mediação e negociação da região, a constante retroalimentação, a condicionante histórica do processo e a negação ao mecanismo autorregulador do mercado como epicentro da questão.

É justamente essa interpretação que justifica a adjetivação do termo inicial, o desenvolvimento, pois, à medida que a sociedade evolui, novas variáveis surgem e necessitam de um tratamento distinto, evidenciam a interdisciplinaridade que é inerente à realidade em que se vive, pois o mundo não acontece exclusivamente nos ambientes “disciplinares”.

Referências

- ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade**. 4. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc: 2002. p. 21-29.
- BARAN, P. A. **A economia política do desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre; FEE, 2001.
- BELTRÃO, P. C. **Sociologia do desenvolvimento**. Porto Alegre: Globo, 1965.
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BOISIER, S. Desarrollo (local): de que estamos hablando? In: BARQUERO, A. V.; MADOERY, O. **Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local**. Rosário: Homo Sapiens, 2001. Disponível em: <<http://abacoenred.mayfirst.org/wp-content/uploads/2015/10/DesarrolloLocal.pdf>>. Acesso em: 20 out 2015.
- BOUDEVILLE; J. R. **Os espaços econômicos**. Difel: São Paulo, 1973.
- BRANDÃO, C. A. Visões teóricas sobre desenvolvimento regional e a questão das escalas (mundial, nacional, subnacional e local) nas políticas regionais contemporâneas. In: **Curso territorialidade e políticas públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, maio de 2011. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/55553470/Visoes-teoricas-sobre-desenvolvimento-regional>>. Acesso em: 16 out. 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Celso Furtado e a teoria econômica. In: COELHO, F. S.; GRANZIERA, R. G. (org.) **Celso Furtado e a formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009.
- CARDOSO, F. H. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos, 1995. Revista de Economia Política. São Paulo, v.15, n.4. out-nov. 1995. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/60-11.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2016.
- COSTA, F. L.; CUNHA, A. P. G. Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, **Anais...** Lisboa, Portugal, 8-11, Oct. 2002.
- CUNHA, A. M.; SIMÕES, R. F.; PAULA, J. A. **Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico**. Texto para discussão nº 260. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.
- EKERMAN, R. Apresentação. IN: MILL, J. S. **Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social**. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ENRIQUEZ, M. A. **Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1975.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. O processo histórico do desenvolvimento. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (org.) **A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos**. São Paulo: 34, 2001.

GONÇALVES, R. BAUMANN, R.; PRADO, L. C. D.; CANUTO, O. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Texto para discussão nº 358. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

LOCKE, J. **Several papers relating to money, interest and crade, et cetera**. 1696. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc/bios/Locke.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.

MALTHUS, T. R. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. l. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTEO, M. Teorias de desenvolvimento regional. In: CRUZ, B. O. *et al* (orgs.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011, p. 79-112.

MIGLIOLI, J. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: TAQ, 1982.

MILL, J. S. **Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social**. v. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

MONASTÉRIO, L.; CAVALCANTE, L. R. Fundamentos do pensamento econômico regional. In: CRUZ, B. O. *et al* (orgs.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011, p. 79-112.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMANN, J. (org.) **Economia regional e urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte: UFMG, 1977. p. 333- 343.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

PETTY, W. **Tratado dos impostos e contribuições**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. Santiago de Chile: Cepal, 2012. Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br/node/36720>>. Acesso em: 10 nov 2016

QUESNAY, F. **Análise do quadro econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ROBINSON, J. **Economic philosophy**. Bungay, Suffolk: Pelican Book, 1962.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1961.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. S. **Desenvolvimento: um conceito multidimensional. DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, Ano 2, n. 1, jul. 2012. p.44-61. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/index>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUZA, C. M. M.; THEIS, I. **Desenvolvimento regional: abordagens contemporâneas – uma breve introdução**. In: MANSUR, C.; THEIS, I. (org.) **Desenvolvimento regional: abordagens contemporâneas**. Blumenau: Edifurb, 2009.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VEIGA J.E.da. **Desenvolvimento sustentável; o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.